



DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO PREF Nº. 07/2023

DISPENSA DE LICITAÇÃO PREF Nº. 04/2023

O **MUNICÍPIO DE IPUAÇU**, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com sede administrativa na Rua Zanella, 818, centro, neste ato representado pela Prefeita Municipal, Sra. **Clori Peroza**, através da Comissão Permanente de Licitações, TORNA **PÚBLICO**, que realizará PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 07/2023, DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA COMPRAS E SERVIÇOS nº 04/2023, do tipo Menor Preço por Lote nas condições fixadas nesta justificativa:

1. DO OBJETO

Dispensa de Licitação para **aquisição de fardamento esportivo, uniforme de jogo e de passeio, a ser destinado aos atletas e comissão técnica da equipe que representa o Município de Ipuacu/SC na Copa AMAI de Futebol de Campo – Edição 2023.**

2. DA JUSTIFICATIVA

Justifica-se a utilização de dispensa de licitação, em prejuízo da elaboração de procedimento licitatório, visto que se trata de valor baixo, compra única e a despesa estar enquadrada nos parâmetros permitidos pelo inciso II do art. 24 da lei 8.666/93.

Percebe-se ainda a necessidade na aquisição do objeto considerando a representatividade do Município no evento esportivo denominado Copa AMAI de Futebol de Campo, a qual reúne equipes dos diversos municípios que compõe a Associação de Municípios do Alto Irani, bem como a necessidade de identificar para qual agremiação os atletas pertencem, dando também maior visibilidade ao nome do município em toda a região.

Importante ressaltar que, a Copa AMAI é um evento esportivo tradicional na região, do qual há muitos anos o Município de Ipuacu participava e, depois de muito tempo fora da competição, no ano de 2019 (última edição realizada e finalizada, devido a pandemia), Ipuacu voltou a ser representado na Copa Amai pela CME Ipuacu onde a equipe teve uma bela participação chegando a conquistar o terceiro lugar no campeonato. **Como resultado do empenho e dedicação da equipe e apoio incondicional do Município, a equipe sagrou-se campeão da edição 2022.** Assim, a participação em eventos desta dimensão, além de reforçar o espírito esportivo e divulgar o nome e as cores do município, também elevam a autoestima e proporcionam momentos de descontração e lazer aos munícipes ipuaçuenses amantes do esporte.

Diante da verificação da necessidade e justificativa de contratação do objeto, analisa-se a formalidade e legalidade da contratação através da dispensa de licitação, que está amparada, primeiramente no baixo valor de contratação, aliado a necessidade premente da Administração.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IPUAÇU**

Não obstante, a própria Constituição Federal, em seu art. 37, XXI, ao fazer a exigência da licitação, ressalva que a lei ordinária poderá fixar hipóteses para estabelecer exceções à regra de licitar, que é o que se observa no dispositivo do artigo 24 da Lei 8.666/93, que tratam, respectivamente, de dispensa e inexigibilidade de licitação, vejamos o que diz o inciso XXI do art. 37 da CF acima citado:

“Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

A contratação da empresa por dispensa de licitação vem atender o interesse público conforme disposto no art. 24, inciso II da Lei nº. 8.666/1993.

Ainda, inobstante o fato de a presente contratação estar dentro dos limites estabelecidos no art. 24, II da Lei 8.666/93, também necessário a análise em questão dos incisos II e III, do parágrafo único, do art. 26 da Lei 8.666/93, assim sendo a razão de escolha *do fornecedor ou executante e Justificativa de preço*, o que justifica a contratação direta.

Dessa feita e diante do exposto, ponderando pela prova de regularidade fiscal como requisito básico para contratar com o Poder Público, bem como a completa desnecessidade de mover procedimento licitatório que comportaria ainda em maior ônus a Administração.

3. FUNDAMENTO LEGAL: tendo por base o Inciso II do artigo 24 da Lei Federal 8.666/93:

“Art. 24. É dispensável a licitação:

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

4. DA RAZÃO DA ESCOLHA

A empresa contratada foi selecionada através de pesquisa de mercado, realizada com empresas prestadoras do serviço, considerada adequada por atender ao menor valor, a qual cumpriu com todos os requisitos habilitatórios exigidos, **MEGAPLAY UNIFORMES ESPORTIVOS LTDA**, inscrita no CNPJ nº **40.475.242/0001-56**, é a selecionada para o fornecimento dos produtos, objeto desta dispensa de licitação.

A pesquisa de mercado foi realizada entre as empresas: **INFORMÁTICA & SERVIÇOS AG EIRELLI**, inscrita no CNPJ nº 07.809.066/0001-76, que ofertou uma proposta para o lote, no valor total de R\$ 9.360,00 (nove mil trezentos e sessenta reais); **MEGAPLAY UNIFORMES ESPORTIVOS LTDA**, inscrita no CNPJ nº 40.475.242/0001-56, apresentou proposta no valor de R\$ 8.848,50 (oito mil oitocentos e quarenta e oito reais e cinquenta centavos) e; **NILSON BARBOSA ME**, inscrita no CNPJ sob o nº 26.185.482/0001-95, apresentou proposta no valor de R\$ 9.120,00 (nove mil cento e vinte reais).

Diante disso, verificando-se que o valor contratado se encontra compatível com o valor de mercado, sendo considerada mais vantajosa a proposta apresentada pela empresa **MEGAPLAY**



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IPUAÇU**

UNIFORMES ESPORTIVOS LTDA, restando assim a verificação da regularidade fiscal, que ficou comprovada, podendo a Administração contrata-lo sem qualquer afronta à lei de regência dos certames licitatórios.

5. DA CONTRATADA

MEGAPLAY UNIFORMES ESPORTIVOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 40.475.242/0001-56, com sede na Rua Dr. Maruri, 1145, subsl, Bairro Centro, no Município de Concórdia/SC.

6. DOS VALORES E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Item	Descrição	Unid.	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
1	Uniforme completo (camisa, calção e meião) em tecido sport dry com proteção solar UV+50, com ótima transpiração e rápida secagem, escudo sublimado, em gola redonda. Calção sublimado e meiões profissionais.Tamanhos P, M e G	CONJ.	30	R\$ 125,90	R\$ 3.777,00
2	Calção de passeio em tactel com bolsos. Tamanhos P, M, G e GG	UN	35	R\$ 79,90	R\$ 2.796,50
3	Camisa de viagem em sport dry, personalizadas. Tamanhos P, M, G e GG	UN	35	R\$ 65,00	R\$ 2.275,00
	VALOR TOTAL				R\$ 8.848,50

O Município pagará à Contratada o valor total de até **R\$ 8.848,50 (oito mil oitocentos e quarenta e oito reais e cinquenta centavos)**. O valor será pago em parcela única após a entrega do objeto e aceite pela secretaria responsável.

7. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Os recursos financeiros para fazerem frente ao contrato em questão, serão a cargo do Orçamento de 2023, sendo que serão utilizados recursos ordinários, observados os preceitos legais e promovido o correto empenhamento e liquidação de despesas pelo Setor de Compras e Setor Contábil do Município.

Desp. 92 - Elemento 3.3.90.30.23.00.00.00.

8. RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

A CONTRATADA obriga-se a fornecer o objeto conforme o Edital.

A contratada é responsável por todas as despesas necessárias para a entrega do objeto, não cabendo ao município nenhum ônus ou pagamento de valor além do estipulado no Edital.

A CONTRATADA obriga-se a cumprir todas as exigências da Administração Municipal, de maneira a atender as suas necessidades;



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IPUAÇU**

A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo;

A CONTRATADA cumprirá o disposto no inciso XXXIII, do Artigo 7º, da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V, do Artigo 27, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei n. 9854, de 27 de outubro de 1999.

9. OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

O Município ficará obrigado a:

- a) promover, através de seu representante, o acompanhamento e a fiscalização da entrega dos materiais objeto do presente edital.
- b) efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições estabelecidas neste edital.

10. DA CONTRATAÇÃO

A formalização da contratação dos produtos, objeto desta dispensa de licitação, fica vinculada a emissão de Autorização de Fornecimento/Nota de Empenho, não necessitando da emissão de contrato administrativo, devido a entrega imediata e total do produto, conforme previsto no art. 62,

Art. 62. O instrumento de contrato é obrigatório nos casos de concorrência e de tomada de preços, bem como nas dispensas e inexigibilidades cujos preços estejam compreendidos nos limites destas duas modalidades de licitação, e facultativo nos demais em que a administração puder substituí-lo por outros instrumentos hábeis, tais como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço.

11. DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO

O não cumprimento ou o cumprimento irregular das cláusulas e condições no contrato, por parte da Contratada assegurará ao Município o direito de rescindi-lo, mediante notificação através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem ônus de qualquer espécie para a Administração e sem prejuízo do disposto neste contrato.

O contrato poderá ser rescindido, ainda, sem prejuízo do disposto no Art. 78, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada;

- Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos seguintes casos:

- a) O atraso injustificado, a juízo da Administração, na entrega licitado;
- b) A entrega fora das especificações constantes no objeto deste edital;
- c) A subcontratação total ou parcial do objeto deste contrato, a associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;
- d) O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a prestação do serviço, assim como as de seus superiores;



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IPUAÇU**

- e) O cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste Edital, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada;
- f) A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- g) A dissolução da empresa;
- h) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;
- i) As razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere este certame.
- j) A ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.
- Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no contrato desde que haja conveniência para a Administração;
 - Judicialmente, nos termos da legislação vigente.
 - A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

12. PENALIDADES

À empresa vencedora deste certame, que não cumprirem com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais, poderá sofrer as seguintes penalidades, isolada e conjuntamente:

- a) Advertência;
- b) Multa de 10% sobre o valor total do Contrato;
- c) Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;
- d) Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes. A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos.
- e) Rescisão contratual sem que decorra do ato direito de qualquer natureza à Contratada.

Ipuacu/SC, 30 de janeiro de 2023.

Mariana Pires
Presidente da Comissão
Permanente De Licitações

Juliane Carlesso
Membro da Comissão
Permanente de Licitações

Ana Claudia Barizon F. da Luz
Membro da Comissão Permanente
de Licitações